

## Discurso de abertura da III Conferencia do IESE

04 de Setembro de 2012

Carlos Nuno Castel-Branco

### Saudações

1. Presentes
2. Todos os participantes, em especial os que vêm de longe
3. Todos os que apoiaram:
  - a. Staff do IESE
  - b. Outros participantes na organização
  - c. Os nossos parceiros: Finlândia, Dinamarca, Suécia (Ibis), Irlanda, Suíça e Canadá.

### Tema: porquê?

1. As quatro dimensões da crise
  - a. Económica
  - b. Política
  - c. Social e da capacidade de proteger
  - d. Ambiental
2. O significado de crise:
  - a. Pontos de ruptura, de mudança, os pontos críticos
  - b. A reestruturação dos processos de acumulação
  - c. Capacidade de resposta, de pensar alternativas, mas alternativas que tenham significado económico e político, e não sejam apenas um molho de ilusões postas em conjunto por versões tautológicas e quase teológicas do mundo, em que a perfeição de modelos intelectuais se torna mais importante que a compreensão do mundo real – como, por exemplo, a velha tautologia que diz que as coisas não estão bem porque os mercados não são livres, e os mercados não são livres porque as coisas não estão bem (que é independente da observação histórica do funcionamento do capitalismo real). Também não vamos ter ilusões e pensar que basta dizer as palavras “capitalismo” e “lucro” e tudo estará explicado. Uma das características mais difíceis da crise é que temos muitas perguntas e muito poucas respostas, temos muitas variáveis por explicar e poucas equações para o fazer.
3. Ligação com Moçambique:
  - a. Crescimento e investimento sem precedentes; contínua referência a como tão bom Moçambique é para grande investimento estrangeiro; concentração do Estado na

facilitação do processo de acumulação de capital e da ligação entre as classes capitalistas nacionais e internacionais; grande enfoque em não perturbar, pelo contrário facilitar ao máximo, o investimento (celeridade e retornos garantidos); introdução de novos serviços e desenvolvimento de novas infraestruturas de grande dimensão;

- b. Em paralelo com: o aumento do número de pobres, o afunilamento da base produtiva e comercial, o rápido aumento do peso dos lucros e redução do peso dos rendimentos do trabalho no PIB, o aumento da desigualdade da distribuição real do rendimento por via do aumento dos preços dos produtos e serviços básicos de consumo muito acima da taxa média de inflação; a porosidade da economia que nos impede de reter e utilizar a riqueza gerada num processo mais amplo de diversificação, alargamento da base produtiva e articulação da produção.
  - c. Estes paralelos assimétricos não são exclusivos de Moçambique nem das chamadas economias subdesenvolvidas. Assistimos hoje aos mesmos debates na Europa e nos EUA, na China, Japão e outros Países asiáticos, por todo o mundo. O que distingue Moçambique e as economias subdesenvolvidas das restantes, é que as nossas economias vão de crise em crise – da crise da abundância à crise da escassez, da crise da cheia à da seca, da geração de extrema riqueza à reprodução da pobreza.
  - d. Então, parece lógico que temos de prestar atenção não somente a taxas de variação – quanto cresce, quanto diminui – mas à natureza e padrões de desenvolvimento. Uma análise da lógica de funcionamento do sistema económico nacional e local, no seu contexto regional e internacional, que permita sobretudo compreender as dinâmicas sociais, económicas e políticas dos processos de acumulação, em vez de se limitar a exaltar taxas de variação da riqueza e da pobreza, é a única base sobre a qual podem assentar perspectivas e políticas efectivas de resolução das contradições e dilemas do nosso tempo. Precisamos, pois de ser capazes de pensar alternativamente.
4. Se não temos respostas preparadas para tudo, podemos pelo menos identificar perguntas e pensar como investiga-las.
- a. Como se manifestam as dinâmicas de crise e que relação parece existir entre as suas diferentes dimensões – entre a crise económica e a de organização e mobilização política, entre as respostas à crise económica e a destruição das conquistas sociais, entre abordagens tradicionais de crescimento e a questão ambiental, entre todas estas manifestações objectivas de crise e a crise de alternativas sistemáticas?
  - b. Porque é que a resposta à crise ataca as conquistas sociais e o trabalho? Será, a crise, essencialmente mais uma fase de reestruturação global do capital, de concentração e centralização do processo de acumulação? Que características toma este processo de reestruturação e porquê?
  - c. Como é que estas manifestações de crise diferem entre países com histórias e graus de desenvolvimento diferentes?
  - d. Como se manifesta a crise para diferentes grupos sociais e que respostas são encontradas, por quem, quem ganha, quem perde?
  - e. Que desafios, opções e oportunidades a crise nos coloca – para diferentes países e grupos sociais – e como escolher entre opções? Que implicações as escolhas têm – o

que mostram sobre como pensamos nas questões e que implicações têm sobre as questões que queremos resolver?

- f. Como procurar alternativas, e alternativas a quê e no quadro de que perspectiva?
5. A crise, nas suas dimensões, está inserida no sistema capitalista mundial. Logo, acumulação, no seu sentido económico e político em que capital gera mais capital através de um processo social e técnico de organização da produção, apropriação de recursos e expropriação do trabalho, tem que estar no centro da análise. Não faz sentido tentar tratar dos grandes desafios e dilemas da nossa época isoladamente uns dos outros ou isoladamente do sistema económico e político capitalista de que eles fazem parte.

Estes problemas e dilemas não são causados por “choques cíclicos” inevitáveis e naturais, mas estão relacionados com as contradições e reestruturação do modo de acumulação capitalista. Por exemplo, pode ser argumentado que a financeirização do capitalismo, considerada como resultado da globalização de um sistema económico que tem o lucro como motivo, é também a causa das opções dos Estados capitalistas que escolheram sacrificar o emprego, os bens públicos, as conquistas sociais, o bem-estar dos que trabalham para salvar o sistema financeiro.

Naturalmente, existem diferenças de análise e de opinião sobre estas questões, mas sejam quais forem os quadros analíticos usados, a discussão de acções e alternativas isoladamente do quadro de dinâmicas económicas e políticas em que a crise ocorre é, no mínimo contraproducente. Por exemplo, podemos atribuir a crise não à financeirização mas à ausência de adequada regulação do sistema financeiro. Mas o que é uma adequada regulação? O que é adequado regular e como é que se regula adequadamente? Regular contra o quê e a favor de quê? Porque é que tal regulação não existe (ou não existia) ou se existia porque não foi usada, e porque é tão difícil avançar com um quadro regulador consistente e útil? Sem uma séria e realista compreensão do sistema capitalista e de como as finanças o moldam, é impossível entender o problema que queremos regular, ou a regulação que queremos adoptar, ou como implementar essa regulação. Portanto, mesmo uma análise mais institucionalista, que deixa de lado a discussão mais radical de economia política, requer a compreensão do modo de acumulação, das suas contradições e dos processos e opções de reestruturação.

6. Nesta conferência, além das 66 comunicações que vamos debater – que não só tratam de assuntos diferentes como tratam dos assuntos com abordagens diferentes – vamos também celebrar a obra e o pensamento de duas grandes intelectuais, Ruth First e Alice Amsden. Celebrando-as, talvez possamos trazer alguma clareza mais para os nossos debates, aprendendo do seu pensamento e contributo para a sociedade.
7. Ruth First foi a directora de investigação do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. Foi assassinada pelo regime do apartheid a 17 de Agosto de 1982, há 30 anos. Intelectual poderosa, criativa, crítica e rigorosa, compreendia a investigação social como parte integral da luta social. Dedicou a sua vida não só a lutar contra o apartheid, contra a injustiça e a discriminação, mas também a compreender o que fazer e como fazer, o que

requeria uma rigorosa compreensão do capitalismo e das suas particularidades históricas na nossa região. Para ela, um programa político não era uma caixa cheia de slogans e palavras de ordem e frases feitas. Para ela, um programa de luta e transformação política provinha da investigação social rigorosa das contradições e lutas na sociedade – esta investigação revelava tanto as perguntas a fazer como os métodos para as clarificar, investigar, aprofundar e responder.

Para Ruth First, decisões políticas e planificação faziam parte do mesmo processo, e ambas eram o produto da luta social e da compreensão das contradições e dilemas da sociedade. Decisão, planificação e implementação eram igualmente importantes e igualmente relacionadas com luta política. Tomar decisões e fazer planos que nada aprendiam da vida e das dinâmicas económicas, sociais e políticas reais, ou cuja implementação era impedida por ou inconsistente com os processos económicos e políticos reais, era um exercício fútil. Ela perguntava com frequência: de que valem decisões vestidas com as mais belas palavras e intenções quando não conseguimos, ou não queremos, organizar a sua implementação, ou não são implementáveis?

Para entender o que fazer, Ruth First queria primeiro entender o que existia, como é que as coisas funcionavam e se relacionavam, e porque é que funcionam e se relacionavam dessa maneira. Nas suas aulas, ela insistia que a investigação é para perceber o que existe em vez de apontar o que falta. O que falta, resulta do nosso preconceito sobre o que deve existir. O estudo do que existe ajuda-nos a entender porque as coisas são de uma certa maneira em vez da maneira como os nossos preconceitos dizem que devem ser. Ela não iria dizer, por exemplo, que em Moçambique hoje falta uma estratégia de desenvolvimento, pois ela não começaria com uma resposta, mas como uma pergunta – que perguntas ela faria não sabemos, mas certamente podemos dizer que incidiriam sobre como é que o processo económico e político da produção, apropriação e acumulação de excedente está organizado. Ela não começaria pelo que falta, pois como poderia alguém saber o que falta se ainda não entendeu o que há e por que é que há.

Esta abordagem da Ruth é consistente com outro dos princípios de investigação que ela defendia – investigar o que não sabemos, em vez de investigar o que já sabemos. Portanto, a Ruth começava a estudar não pelo que falta nem pelo que deve ser feito (ambos já sabemos por causa dos nossos próprios preconceitos). Ela começava pelo que não sabemos – o que está a acontecer e porquê. Ela não começava pela solução – a estratégia, a opinião que todos temos (e temos direito cívico a ter) – mas pela pergunta: o que está a acontecer, qual é o problema que queremos resolver, qual é o processo político concreto através do qual este problema pode ser resolvido, o que é que a natureza do problema e do processo político colocam como constrangimento às opções e que opções criam. Investigar o que não sabemos, em vez de tapar a ignorância com opiniões.

Para a Ruth, política e economia estavam ligados – ela não precisava de colar política na economia, ou introduzir economia na política, como fazem muitos dos nossos cientistas sociais hoje, porque ela não separava um do outro. Ela não falava de falta de vontade política, mas

tentava perceber a base económica e histórica concreta das opções, possibilidades e luta políticas reais. Ela não limitava política ao Estado, não separava Estado das dinâmicas e conflitos da sociedade em geral – política era a essência da economia e economia a essência da política.

Para a Ruth, o capitalismo na África Austral havia formado um subsistema estruturado em torno dos padrões dominantes de acumulação capitalista na África do Sul. O trabalho migratório, o sistema de transportes orientado para o hinterland, a expansão do complexo mineral-energético e do investimento directo estrangeiro na região eram melhor entendidos dentro deste quadro sistémico do que como elementos isolados. Logo, tanto as lutas de libertação política como as lutas de emancipação e desenvolvimento económico e social requeriam a análise e o contexto regional. Este argumento é válido tanto para entender os movimentos do capital, as condições de competição e cooperação entre fracções do capital, como é para entender os conflitos sobre os movimentos do trabalho e as dificuldades de cooperação entre associações laborais, ou os problemas da cooperação e conflito entre Estados na região. Neste debate, a Ruth tentava analisar não tanto as ameaças e oportunidades, como hoje tantos de nós nos limitamos a fazer, mas preocupava-se mais em entender as ligações e as suas causas históricas, económicas e políticas, para de facto poder interrogar a economia e a política com alguma possibilidade de fazer alguma coisa útil para transformação.

Seria inadequado falar de Ruth First sem mencionar um ponto absolutamente vital da sua metodologia – a sua absoluta certeza na necessidade de ligar investigação e ensino. Para ela, investigação era aprendizagem, logo, ensino. Ensino era interrogação, logo, investigação. A combinação de ambos, investigação e ensino, permitia massificar a crítica e a luta social. Logo, a unidade entre investigação e ensino era não só uma metodologia académica, mas uma metodologia de luta política.

Eu penso que a Ruth estaria hoje, aqui, muito à vontade nesta nossa conferência. Estaria a aprender, estaria a interrogar e estaria a ensinar. Estaria a ser, mais uma vez, aquela arma sofisticada, como diria Samora, que hoje precisamos para entender as questões que queremos perguntar, a maneira como pensamos nessas questões, e os caminhos que temos que percorrer para as resolver. Ela estaria a dizer-nos para não recearmos não ter as respostas mas, sim, recearmos não fazer as perguntas relevantes. Ganharíamos com ela aqui, pois seríamos todos obrigados a confrontar os nossos preconceitos, a entender o que estamos a dizer, como pensamos e as implicações disso para as respostas às perguntas que nos incomodam. Mas não tenhamos ilusões, esse processo de confrontarmos as nossas próprias ideias e métodos não deixaria de nos chamuscar pelo menos um bocadinho.

Alice Amsden foi uma notável economista do desenvolvimento, falecida em Março deste ano. Estávamos no processo de a mobilizar para vir a esta conferência discutir connosco o seu mais recente trabalho sobre industrialização em economias dominadas por recursos naturais quando tomámos conhecimento do seu falecimento súbito.

Alice Amsden foi galardoada com o Prémio Wassili Leontief para o avanço da teoria económica em 2002. Este prémio reconhece contribuições ímpares para a teoria económica que tratem de realidades contemporâneas e promovam desenvolvimento social justo e sustentável. Entre outros galardoados com este prémio contam-se Amartya Sen, John Galbraith, Ha-Joon Chang, Jomo Kwame Sundaram, José António Ocampo, entre muitos outros.

Na atribuição do prémio a Alice Amsden, o Global Development and Environmental Institute (GDAE) mencionou “à medida que fica claro que o mercado livre está a deixar muitos para trás nesta onda de globalização, Alice Amsden (...) demonstrou [com o seu rigoroso trabalho empírico e profunda compreensão do desenvolvimento económico] por que é que as teorias de mercado livre não podem providenciar o que prometem. (...)”

O trabalho de Alice Amsden ilustrou a importância de um Estado activo na promoção da industrialização, uma perspectiva que foi fundamental no final do século XX para oferecer alternativas ao domínio do neo-liberalismo no pensamento económico. Os seus livros mais notáveis, *Asia's Next Giant* – em que detalhadamente e com imenso rigor e criatividade descreve o funcionamento dos mercados, do Estado e da política industrial na Coreia do Sul – e *The Rise of the Rest: Challenges to the West from late industrializing economies* – em que constrói uma teoria da intervenção do Estado em economias atrasadas – foram profundamente influentes nos finais do século XX e princípios do século XXI. Alice estava preocupada com a necessidade de entender o funcionamento da economia capitalista e da sua transformação e o papel do Estado nesse processo, tendo desmistificado as fantasias dos mercados perfeitos e da competição perfeita. Mais do que desmistificar o neo-liberalismo, Alice Amsden mostrou, com detalhe, como funciona ou pode funcionar a política económica de um Estado activo e estratégico, organizada em torno dos processos de transformação industrial da sociedade.

Alice Amsden não conseguiu resolver uma questão vital que emerge tanto do seu trabalho empírico como do seu trabalho teórico – de onde vêm os objectivos do Estado e a sua capacidade de os implementar? A explicação para esta pergunta teria dois efeitos interessantes e, aparentemente, contraditórios, no trabalho de Alice Amsden. Por um lado, tornaria o seu trabalho muito mais potente por enraizar a sua análise numa mais completa compreensão histórica e de economia política do capitalismo como modo de produção e acumulação. Portanto, o Estado, os mercados, e os interesses e pressões económicas e sociais que ela queria entender ficariam muito mais claramente explicados num quadro analítico que fosse para além de mostrar a impossibilidade dos mercados providenciarem desenvolvimento justo e sustentável e a possibilidade do Estado de o fazer. Por outro, embora mais potente, esta análise, porque dependente das particularidades históricas, seria menos capaz de produzir os modelos e *blueprints* que os economistas de desenvolvimento queriam gerar como alternativa aos programas e *blueprints* neo-clássicos.

Teria Alice Amsden sido capaz de romper com os termos do debate em que ela quis entrar para desmitificar o simplismo e falsificação histórica da realidade económica pela escola neo-clássica e, com essa ruptura dos termos do debate, oferecer não só uma perspectiva mas, também, uma foco analítico diferente?

À semelhança de Ruth First, Alice Amdesn trouxe um contributo intelectual muito importante para o debate de temas como os desta conferência. Mesmo as perguntas vitais que ela não conseguiu enfrentar, muito menos responder, teriam sido, e certamente serão, um estímulo analítico fundamental na conferência.

8. A conferência vai incluir, ainda, duas outras componentes fundamentais, além dos nossos debates. Temos uma exposição multimédia de ciências sociais, que visa mostrar a investigação que se faz em torno de questões relacionadas com o tema genérico da conferência, as abordagens diferenciadas e resultados que essa investigação traz. Esta exposição também pretende mostrar diferentes meios, ou media, como tal investigação, abordagens e resultados podem ser comunicados, disseminados e debatidos. Daí o conceito de exposição multimédia. É de destacar a presença de mais de duas dezenas de organizações de investigação nacionais e estrangeiras nesta exposição, o que realça o potencial e a importância do desenvolvimento de redes e plataformas de partilha e de colaboração na investigação, ensino e debate.

Vamos, nesta conferência, lançar também três livros editados pelo IESE: o Desafios para Moçambique 2012, terceiro da série; a Mamba e o Dragão, relações Moçambique-China em perspectiva, editado em conjunto com o SAIIA; e Descentralizar o Centralismo, livro que analisa a experiência de duas décadas de descentralização em Moçambique. Os livros serão lançados pelas 17:00 deste primeiro dia da conferência.

9. Terminar: votos de bom trabalho.